



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Alcácer do Sal**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 57.829.269 euros e um total de fundos próprios de 45.962.202 euros, incluindo um resultado líquido de 823.294 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 17.027.682 euros de despesa paga e um total de 18.474.317 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.





Pão Alvo & Associado - SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. O Ativo do Município inclui as rubricas de "Imobilizado - Bens de domínio público" e "Imobilizado corpóreo", no montante líquido de 52.571.370 euros, para os quais ainda não nos foi possível exprimir uma opinião, devido essencialmente aos seguintes factos:
 - a) Os bens do inventário inicial (31.01.01), de acordo com a última informação disponibilizada pelo Município (31 de dezembro de 2013), totalizavam cerca de 5,7 milhões de euros, continuando a não existir informação suficiente que permita ajuizar das valorizações que foram atribuídas na altura a estes ativos;
 - b) A existência de diversos terrenos e imóveis já identificados que se encontram ainda por integrar no património imobiliário do Município. Segundo a valorização atribuída pelos Serviços, este tipo de bens ascendem a cerca de 530 mil euros;
 - c) O património imobiliário do Município integra um conjunto de imóveis que foram avaliados pelos Serviços Técnicos da Câmara, através do critério do valor patrimonial tributário, ao qual foi acrescido a majoração de 15%. No período findo em 31 de dezembro de 2013, os ativos avaliados de acordo com este critério totalizaram, em termos líquidos, cerca de 17,5 milhões de euros, dos quais 2,3 milhões de euros respeitam ao valor majorado (15%), não sendo possível avaliar da justeza deste acréscimo.
8. Os proveitos e ganhos do período em análise incluem a quantia de 569 mil euros, respeitantes a trabalhos realizados para o próprio Município, que foram contabilizados no primeiro semestre de 2013, tendo como contrapartida a rubrica de imobilizado. A valorização destes trabalhos baseou-se no sistema de contabilidade analítica implementado nesta edilidade, sendo que a informação atualmente existente nos Serviços, não permite concluir se estes trabalhos se enquadram no conceito de imobilizado, ou ao invés, se deveriam ser relevados como custos do exercício.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Alcácer do Sal**, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.



Pão Alvo & Associado - SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

11. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos 9 e 10, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

11.1. A EMSUAS – Empresa Municipal de Serviços Urbanos de Alcácer do Sal, EM, é uma empresa pertencente ao sector empresarial local, sendo detida na totalidade pelo Município de Alcácer do Sal. Com a entrada em vigor da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local, ficou estabelecido no artigo 62º um conjunto de requisitos que determinam a dissolução deste tipo de empresas, a qual deveria ocorrer no prazo de seis meses. A decisão de dissolução e internalização das atividades da EMSUAS no Município foi aprovada em fevereiro de 2014, quer pelo Executivo, quer pela Assembleia Municipal.

11.2. O orçamento de 2013, no montante de 22.240.057 euros, apresentou no final do ano uma execução financeira na componente das receitas de 18.474.317 euros (83%) e nas despesas de 17.027.682 euros (77%). Apesar da melhoria verificada ao nível das taxas de execução orçamental comparativamente a períodos anteriores, mantêm-se taxas reduzidas de realização de receita nas rubricas: i) Outras Receitas Correntes (Orçamentado 768 mil euros e apenas realizado 71 mil euros - 9%); ii) Venda de bens de investimento (Orçamentado 2.820 mil euros e realizado apenas de 61 mil euros - 2%).

11.3. No âmbito do contrato de exploração e gestão dos serviços de águas, celebrado entre o Município de Alcácer do Sal e a empresa Águas Publicas do Alentejo, SA (AGDA), encontra-se refletido na contabilidade patrimonial um passivo de cerca de 400 mil euros, relativo à faturação processada na sequência desse contrato, sendo que, na contabilidade orçamental, essas responsabilidades não se encontravam devidamente cabimentadas e consequentemente registados os respetivos compromissos.

Lisboa, 7 de abril de 2014

Pão Alvo & Associado - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Dr. José Luís Simões Pão Alvo (ROC 803)